

BRQ Soluções em Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BRQ Soluções em Informática S.A. (“BRQ” ou “Companhia” também denominada como “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sua sede e foro na Av. Copacabana, nº 238, conj. 2.003, Empresarial 18 do Forte, na cidade de Barueri - SP, com filiais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Salvador, Recife, Natal e Nova York.

Embora a Companhia seja de capital aberto, não há título público emitido e negociado em mercado aberto.

A Companhia tem como principais atividades:

i) Desenvolvimento de aplicacões e integracões

- Prestação de serviços na área de informática.
- Elaboração de programas de computador.
- Análise e desenvolvimento de sistemas.
- Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de dados.
- Assessoria e consultoria em informática

ii) Outros segmentos

- Venda de software.
- BPO - Terceirização de processos com apoio de recursos computacionais.
- Atividades relacionadas à segurança em informática.
- Treinamento.

A Companhia pode atuar no país ou no exterior, diretamente, através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é assim resumida:

Razão social	% de participação	
	2017	2016
BRQ IT Services, Inc. (i)	100%	100%
Thinkinternational LLC (Investimento indireto)	80%	80%
BRQ IT Services de Chile SpA. (ii)	-	100%

(i) BRQ IT Services, Inc. - em abril de 2008, a Companhia constituiu a BRQ IT Services Inc., localizada nos Estados Unidos, pelo montante de US\$150.000 (vide Nota nº 10).

(ii) BRQ IT Services de Chile SpA. - em abril de 2015, a Companhia constituiu a BRQ IT Services de Chile SpA., localizada em Santiago do Chile, pelo montante de CLP10.000.000,00. Em junho de 2016, a Companhia decidiu por encerrar as atividades desta controlada, classificando seus resultados como uma operação descontinuada em 2016.

As controladas BRQ IT Services Inc. e BRQ IT Services de Chile SpA serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como "Controladas", e conjuntamente com a controladora como "Grupo".

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaracão de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2018.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 14 - financiamentos por arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 - provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa 8(b) - impostos diferidos.
- Nota explicativa 11 - imobilizado.
- Nota explicativa 12 - intangível.
- Nota explicativa 18 - provisão para contingências.
- Nota explicativa 20 - pagamento baseado em ações.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais estão incluídas na Nota nº 25.

4. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidacão--Continuação

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

b) Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes, incluindo os ativos fiscais diferidos.

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

O Grupo reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. As demais receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possam ser mensuradas de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

d) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

e) Operações descontinuadas

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Todas as notas explicativas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Ativos intangíveis--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

h) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado estão representados por aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa).

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante do Grupo. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes e de partes relacionadas e outros ativos circulantes.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por depósitos vinculados.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando o investimento é despreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda estão representados pelo investimento de 8,16% na XACT Tecnologia, adquirida pela Companhia em fevereiro de 2014, com o objetivo de usar a inteligência desta empresa para fortalecer sua oferta de Service Desk. A Companhia não possui influência significativa na gestão da referida empresa e, portanto, este investimento é classificado como um instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor justo do referido instrumento é muito próximo do seu valor contábil.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou contas a pagar, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, dividendos mínimos obrigatórios a pagar e participação nos resultados - PPR.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

i) Estoques de serviços

Os estoques de serviços são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

j) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

l) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Transações envolvendo pagamento em ações

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em despesas de pessoal e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis.

o) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- o) Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. O ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 é tratado como ativo da controlada no exterior e convertido na data do fechamento.

- p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

- q) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Arrendamentos mercantis--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

r) Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

O Grupo planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. O Grupo não espera um impacto significativo sobre seu balanço patrimonial e patrimônio líquido.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- r) Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo. Em 2016, o Grupo realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada concluída em 2017. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido identificados quaisquer efeitos materiais que requeressem algum ajuste no reconhecimento e mensuração da receita, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados de acordo com o IFRS 15.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar exercícios anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- r) Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17, unificando o tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e o Grupo encontra-se em fase de avaliação do conteúdo da referida norma e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	6	9	6	9
Bancos conta movimento	1.974	7.776	6.400	10.741
Aplicações financeiras de curto prazo	31.984	16.019	31.984	16.019
	33.964	23.804	38.390	26.769

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários à vista, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A Companhia não possui quaisquer saldos de caixa e equivalente de caixa que não estejam disponíveis para uso.

As aplicações financeiras são compromissadas de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99,0% a 101,5%. As aplicações automáticas de saldos de conta corrente também são remuneradas ao percentual de 50% da variação do CDI.

A Companhia não possui ativos financeiros desreconhecidos e operações com derivativos.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota nº 25.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a receber	28.640	26.529	31.934	31.340
Valores a faturar (i)	23.802	30.206	23.802	30.206
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(391)	(391)	(391)	(391)
	52.051	56.344	55.345	61.155

(i) O valor referente a "Valores a faturar" corresponde a serviços que já haviam sido prestados até 31 de dezembro de 2017 e 2016, mas que ainda não haviam sido faturados no encerramento dos respectivos exercícios.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na avaliação de risco de crédito efetuada pela Companhia, contemplando histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia não possui histórico recente de perda, exceto pelos valores provisionados. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito estão detalhadas na Nota nº 25.

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial		
Reversão	(391)	(515)
Saldo final	-	124
	(391)	(391)

Os saldos de duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	24.685	19.180	27.979	23.991
Vencidos até 30 dias	3.408	4.000	3.408	4.000
Vencidos de 31 a 180 dias	154	1.393	154	1.393
Vencidos há mais de 180 dias	393	1.956	393	1.956
	28.640	26.529	31.934	31.340

7. Estoques de serviços em andamento

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referem-se a gastos iniciais com aquisição de serviços de suporte técnico da IBM, destinados à revenda. Estes gastos são incorridos a medida em que são firmados os contratos de venda dos referidos serviços e, portanto, não há risco deste ativo não se realizar. Com base nos contratos vigentes, uma parcela deste estoque se realizará nos 12 meses após o encerramento dos referidos exercícios (R\$4.246 e R\$4.265 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente), e o saldo remanescente (R\$630 e R\$2.232 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente) após os 12 meses, classificado como ativo não circulante.

8. Impostos a recuperar e diferidos

a) Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
IR e CS retidos na fonte a compensar (i)	10.511	13.213
PIS e Cofins a compensar	941	1.257
Outros impostos a compensar	239	742
	11.691	15.212

(i) Refere-se às retenções de tributos sobre aplicações financeiras e serviços prestados a terceiros, que serão compensados com futuros débitos fiscais de mesma natureza.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis, e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Prejuízo fiscal	2.261	2.449
Depreciação fiscal	975	1.500
Provisão para pagamentos	652	582
Provisão trabalhista	331	193
Provisão para devedores duvidosos	133	133
Arrendamento mercantil	8	-
Outras provisões	97	97
	4.457	4.954

A Administração da Companhia estima que o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social seja integralmente realizado em até dois anos.

9. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e profissionais-chaves da Administração.

As transações com partes relacionadas estão representadas como segue:

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Think Internacional	154	231	-	-
BNDES	104	96	104	96
	258	327	104	96

O saldo de contas a receber da controlada Think International refere-se à prestação de serviços efetuados pela Companhia para essa controlada e possui prazo médio de recebimento de 30 dias. O saldo é denominado em dólares norte-americanos e está sujeito à variação cambial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é controlador da BNDESPAR Participações S.A., que detém 23% de participação na Companhia. O saldo a receber do BNDES refere-se à prestação de serviços de informática.

b) Empréstimos

Os empréstimos a pagar com partes relacionadas estão representadas como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Taxa efetiva	Vencimento	2017	2016
BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	Ago-2019	3.076	4.868
BNDES	TJLP + 1,7% a.a.	Ago-2021	17.961	11.845
Parcela registrada no circulante			6.818	2.945
Parcela registrada no não circulante			14.219	13.768

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Empréstimos--Continuação

Os empréstimos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil	2016	Valor nominal	2016
2017	2016	2017	2016	
Até um ano	6.818	2.945	8.099	4.064
Acima de um ano e até dois anos	6.109	4.754	7.028	5.736
Acima de dois anos e até cinco anos	8.110	9.014	8.852	10.322
	21.037	16.713	23.979	20.122

A movimentação dos empréstimos da Companhia está apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	16.713	6.600
Ingressos	7.433	11.637
Encargos	1.656	1.127
Amortizações e pagamentos de juros	(4.765)	(2.651)
Saldo final	21.037	16.713

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES são destinados a investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização e em sistemas administrativos e gerenciais no âmbito do Programa Prosoft, e não possuem cláusulas restritivas (*Covenants*).

Em 17 de julho de 2015, foi firmado um contrato entre a Companhia e o BNDES relativo à aprovação de um crédito no valor de R\$18.790. Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia contratou Carta Fiança junto ao Banco Bradesco, necessária à liberação do referido recurso. Esta fiança possui um custo de 2,5% ao ano referente à taxa de comissão, e requer da Companhia uma garantia real de 30% do valor do crédito, através de aplicação financeira em papéis de operações compromissadas lastreadas em debêntures. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 este depósito vinculado totaliza R\$6.245 e R\$6.637, respectivamente.

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

c) Outras informações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a receita com prestação de serviços para essas partes relacionadas foi a seguinte:

Receita de serviços	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
BNDES	5.390	6.970	5.390	6.970
Think Internacional	2.133	1.967	-	-
	7.523	8.937	5.390	6.970

d) Honorários da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentados abaixo:

	2017	2016
Remuneração do pessoal chave da Administração	2.883	2.817

10. Investimentos

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

a) Detalhes sobre controladas

Nome da Controlada	Tipo	Investimento da Companhia		Atividades investidas	Constituição e operação
		2017	2016		
BRQ IT Services, Inc.	Direto	100%	100%	Holding	Estados Unidos
Think International, LLC	Indireto	80%	80%	Soluções em informática	Estados Unidos
BRQ IT Services de Chile SpA	Direto	-	100%	Soluções em informática	Chile

10. Investimentos--Continuação

b) Informações das controladas

	Patrimônio líquido			Resultado do exercício		Total do investimento		Equivalência patrimonial		
	Controladas	Controladores	Não controladores	Participação (%)	Não controladores	Controladores	2017	2016	2017	2016
BRQ IT Services, Inc.	9.518	446	446	100%	340	176	9.518	9.023	340	641

c) Movimentação dos investimentos

	BRQ IT Services, Inc.	BRQ IT Services de Chile SpA	Total
Investimentos em 31 de dezembro de 2015	10.155	106	10.261
Resultado de equivalência patrimonial	641	-	641
Variação cambial sobre investimento no exterior	(1.773)	(3)	(1.776)
Prejuízo com operações descontinuadas	-	(103)	(103)
Investimentos em 31 de dezembro de 2016	9.023	-	9.023
Resultado de equivalência patrimonial	340	-	340
Variação cambial sobre investimento no exterior	155	-	155
Investimentos em 31 de dezembro de 2017	9.518	-	9.518

11. Imobilizado

	Controladora						Benfeitorias	
	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos	em imóvel de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2016								
Saldo inicial	4.396	97	736	1.177	1.259	1.174	2.822	11.661
Aquisições	177	-	-	499	58	3	678	1.415
Baixas do custo	(277)	-	-	(1.509)	-	(1.735)	-	(3.521)
Baixas da depreciação	81	-	-	1.452	-	1.079	-	2.612
Transferência	88	(10)	22	745	-	-	-	845
Depreciação	(530)	(6)	(122)	(1.215)	(221)	(267)	(1.353)	(3.714)
Saldo contábil, líquido	3.935	81	636	1.149	1.096	254	2.147	9.298
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	7.257	113	1.418	17.466	2.601	613	6.712	36.180
Depreciação acumulada	(3.322)	(32)	(782)	(16.317)	(1.505)	(359)	(4.565)	(26.882)
Saldo contábil, líquido	3.935	81	636	1.149	1.096	254	2.147	9.298
Em 01 de janeiro de 2017								
Saldo inicial	3.935	81	636	1.149	1.096	254	2.147	9.298
Aquisições	164	28	-	1.093	-	-	11	1.296
Baixas do custo	(355)	-	(14)	(317)	(1.395)	(132)	(184)	(2.397)
Baixas da depreciação	171	-	9	313	1.315	97	173	2.078
Transferência	3	(3)	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(559)	(9)	(129)	(714)	(194)	(101)	(980)	(2.686)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118	1.167	7.589
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	7.069	138	1.404	18.242	1.206	481	6.539	35.079
Depreciação acumulada	(3.710)	(41)	(902)	(16.718)	(384)	(363)	(5.372)	(27.490)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118	1.167	7.589
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5	5	

11. Imobilizado--Continuação

	Consolidado						Benfeitorias em imóvel de terceiros	Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos telefónicos	Equipamentos informática	Instalações	Véculos		
Em 01 de janeiro de 2016								
Saldo inicial	4.396	97	736	1.177	1.259	1.174	2.822	11.661
Aquisições	177	-	-	499	58	3	678	1.415
Baixas do custo	(277)	-	-	(1.509)	-	(1.735)	-	(3.521)
Baixas da depreciação	81	-	-	-	1.452	1.079	-	2.612
Transferência	88	(10)	22	745	-	-	-	845
Depreciação / amortização	(530)	(6)	(122)	(1.215)	(221)	(267)	(1.353)	(3.714)
Saldo contábil, líquido	3.935	81	636	1.149	1.096	254	2.147	9.298
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	7.257	113	1.418	17.566	2.601	613	6.712	36.280
Depreciação acumulada	(3.322)	(32)	(782)	(16.417)	(1.505)	(359)	(4.565)	(26.982)
Saldo contábil, líquido	3.935	81	636	1.149	1.096	254	2.147	9.298
Em 01 de janeiro de 2017								
Saldo inicial	3.935	81	636	1.149	1.096	254	2.147	9.298
Aquisições	164	28	-	1.093	-	-	11	1.296
Baixas do custo	(355)	-	(14)	(347)	(1.395)	(132)	(184)	(2.397)
Baixas da depreciação	171	-	9	313	1.315	97	173	2.078
Transferência	3	(3)	-	-	-	-	-	-
Depreciação / amortização	(559)	(9)	(129)	(714)	(194)	(101)	(980)	(2.686)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118	1.167	7.589
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	7.069	138	1.404	18.342	1.206	481	6.539	35.179
Depreciação acumulada	(3.710)	(41)	(902)	(16.818)	(384)	(363)	(5.372)	(27.590)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118	1.167	7.589
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5	5	

11. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável e ativos em estado ocioso. A Companhia não possui ativos com titularidade restrita ou oferecidos como garantia de obrigações.

Existem ativos líquidos de depreciação no montante de R\$830 (R\$569 em 31 de dezembro de 2016) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de 3 anos (vide Nota 14).

12. Intangível

	Controladora		
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes
			Total
Em 01 de janeiro de 2016			
Saldo inicial	-	4.264	2 4.266
Adição	891	696	- 1.587
Amortização	-	(2.306)	- (2.306)
Saldo contábil, líquido	891	2.654	2 3.547
Em 31 de dezembro de 2016			
Custo	891	9.347	2 10.240
Amortização acumulada	-	(6.693)	- (6.693)
Saldo contábil, líquido	891	2.654	2 3.547
Em 01 de janeiro de 2017			
Saldo inicial	891	2.654	2 3.547
Adição	556	138	- 694
Transferências	(1.072)	1.072	- -
Amortização	-	(1.822)	- (1.822)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2 2.419
Em 31 de dezembro de 2017			
Custo	375	10.557	2 10.934
Amortização acumulada	-	(8.515)	- (8.515)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2 2.419
Taxas anuais de amortização (%)			33,3

12. Intangível--Continuação

					Consolidado	
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Ágio (*)	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2016						
Saldo inicial	-	4.264	2	4.730	72	9.068
Adição	891	696	-	-	-	1.587
Variação cambial	-	-	-	(783)	(11)	(794)
Amortização	-	(2.306)	-	-	(10)	(2.316)
Saldo contábil, líquido	891	2.654	2	3.947	51	7.545
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	891	9.347	2	2.852	73	13.165
Variação cambial acumulada	-	-	-	1.786	10	1.796
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	-	(6.693)	-	-	(32)	(6.725)
Saldo contábil, líquido	891	2.654	2	3.947	51	7.545
Em 01 de janeiro de 2017						
Saldo inicial	891	2.654	2	3.947	51	7.545
Adição	556	138	-	-	-	694
Transferências	(1.072)	1.072	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	60	-	60
Amortização	-	(1.822)	-	-	(9)	(1.831)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2	4.007	42	6.468
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	375	10.557	2	2.852	73	13.859
Variação cambial acumulada	-	-	-	1.846	10	1.856
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	-	(8.515)	-	-	(41)	(8.556)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2	4.007	42	6.468

Taxas anuais de amortização (%)

33,3

13,3

(*) Refere-se ao ágio pago pela aquisição de 80% da ThinkInternational, LLC pela BRQ IT Services, Inc., no valor total de US\$2.400.000.

Existem intangíveis líquidos de amortização no montante de R\$298 (R\$895 em 31 de dezembro de 2016) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de 3 anos (vide Nota nº 14).

Em 31 de dezembro de 2017, as iniciativas de desenvolvimento de software concentram-se em uma solução voltada para a melhoria na gestão dos processos internos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Santander	Labor + 2,25% a.a.	-	-	959	1.141
		-	-	959	1.141

O empréstimo do Grupo possui vencimento em até um ano.

A movimentação do empréstimo está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	-	2.397	1.141	2.397
Ingressos	-	5.000	-	6.141
Encargos	-	608	34	608
Variação cambial	-	-	16	-
Amortizações e pagamentos de juros	-	(8.005)	(232)	(8.005)
Saldo final	-	-	959	1.141

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants*).

14. Financiamentos por arrendamento mercantil

	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado		Itens
		2017	2016	
Leasing - Banco IBM	1,37% a.m.	-	628	Software
Leasing - Santander	1,11% a 1,22% a.m.	604	243	Equip. informática e veículo
		604	871	
Circulante		275	771	
Não circulante		329	100	

14. Financiamentos por arrendamento mercantil--Continuação

Os financiamentos por arrendamento mercantil possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	2017	2016	2017	2016
Até um ano	275	771	338	839
Acima de um ano e até dois anos	200	100	243	119
Acima de dois anos e até cinco anos	129	-	153	-
	604	871	734	958

A movimentação dos financiamentos por arrendamento mercantil da Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	871	2.906
Ingressos	606	-
Encargos	86	366
Amortizações e pagamentos de juros	(959)	(2.401)
Saldo final	604	871

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui ativos, líquidos de depreciação e amortização, no montante de R\$1.128 (R\$1.464 em 31 de dezembro de 2016) obtidos por meio de contratos de arrendamentos mercantis financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de três anos, com cláusulas de opção de compra ao final do período. Os ativos abafinados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia (valor residual no encerramento do exercício):

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Equipamentos de informática	736	350
Software	298	895
Veículos	94	219
	1.128	1.464

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
IRRF a recolher	2.666	3.192
Programa especial de regularização tributária – PERT (i)	1.359	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	1.097	1.339
ISS a recolher	852	900
Outros impostos e contribuições a recolher	11	19
	5.985	5.450

(i) Conforme informações divulgadas junto a nota explicativa 18.

16. Despesa com imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2017	2016
(Prejuízo)/lucro antes da apuração do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	2.002	(6.049)
Prejuízo do exercício resultante das operações descontinuadas	-	(103)
	2.002	(6.152)
Aliquota fiscal combinada (Nota 4j)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela aliquota combinada	681	(2.092)
Benefício fiscal - Lei do Bem	(821)	-
Adições permanentes	751	191
Reversão de impostos diferidos	-	263
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(552)	-
PAT – Programa de alimentação ao trabalhador	7	-
Adicional de 10% de imposto de renda (Nota 4d)	24	-
	90	(1.638)
Imposto de renda e contribuição social a aliquota efetiva	414	-
Corrente	497	(1.638)
Diferido	(821)	-
Benefício fiscal - Lei do Bem		
Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício	90	(1.638)
Aliquota efetiva	4,5%	26,6%

16. Despesa com imposto de renda e contribuição social--Continuação

A controlada direta BRQ IT Services Inc. e a controlada indireta ThinkInternational LLC, Inc. estão sediadas nos Estados Unidos e sujeitas a tributação local. A Think International LLC não paga impostos sobre a renda; tal responsabilidade é passada para a BRQ IT Services Inc., que está sujeita a tributação do município de Nova York.

17. Programa de Participação nos Resultados - PPR

A participação nos resultados está prevista em acordo coletivo firmado entre a BRQ e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares nos estados onde a Companhia possui filial. A participação nos resultados depende do atingimento de metas individuais e globais da Companhia. O saldo do Programa de Participação nos Resultados - PPR apresentado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$3.312, refere-se ao exercício entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2016 e foi liquidado em 1º de abril de 2017.

18. Provisão para contingências

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Trabalhistas	972	567

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldos no início do exercício	567	663
Constituição	454	199
Reversão de provisão	(49)	(295)
Saldos no final do exercício	972	567

18. Provisão para contingências--Continuação

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para os quais não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. Os valores envolvidos nessas ações são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Tributárias	110.124	106.619
Trabalhistas	5.911	5.832
	116.035	112.451

Em 28 de setembro de 2007, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria de Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de PIS e Cofins em determinados meses de 2001 a 2005. Em 30 de outubro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com o objetivo de liquidar estes débitos. O valor da dívida consolidada, já considerando os descontos de juros e multa previstos na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017, totaliza R\$1.565 mil. Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$206 mil, correspondente às parcelas de agosto a dezembro de 2017, de modo a garantir a efetivação da sua adesão ao referido programa. O saldo remanescente será pago em parcela única em janeiro de 2018.

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$54.505 (R\$52.864 em 31 de dezembro de 2016).

Em 28 de agosto de 2015, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro em face do suposto não recolhimento do ISS. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$54.396 (R\$48.635 em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de junho de 2017 a Companhia obteve uma liminar para manutenção da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) durante o exercício do ano de 2017, nos termos previstos na Lei 12.546/2011, suspendendo o aumento de 20% do INSS previsto na Medida Provisória 774/2017. Em 4 de outubro de 2017, houve o julgamento do agravo de instrumento interposto pela Fazenda Nacional, concedendo efeito suspensivo à referida liminar. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia.

19. Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Faturamento antecipado (i)	13.316	10.127
Comissões antecipadas (ii)	487	938
	13.803	11.065
 Circulante	 13.766	 10.577
Não circulante	37	488

- (i) O montante registrado em "Faturamento antecipado" refere-se a valores já faturados, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício; à medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica.
- (ii) Em fevereiro de 2014, a Companhia recebeu o valor de R\$2.213 como comissão decorrente do contrato de fidelização de operações bancárias com os funcionários pertencentes à sua folha de pagamento, pelo período de 5 (cinco) anos; mensalmente são registrados no resultado a parcela referente a 1/60 do montante total.

20. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito, no montante de R\$54.849, está representado pelas seguintes quantidades de ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

- a) *Em 31 de dezembro de 2017 e 2016*

Acionistas	2017		2016	
	Ações nominativas	% participação	Ações nominativas	% participação
Netstrategy Participações Ltda.	94.999.905	72,67%	94.999.905	73,08%
BNDESPAR Participações S.A.	29.870.100	22,85%	29.870.100	22,98%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	3,82%	4.999.995	3,85%
Aquisição por funcionários	87.439	0,07%	100.482	0,07%
	129.957.439	99,41%	129.970.482	99,98%
Ações em tesouraria	767.259	0,59%	26.087	0,02%
Total	130.724.698	100,00%	129.996.569	100,00%

Cada ação ordinária isoladamente, dá direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

20. Patrimônio líquido--Continuação

Ações em tesouraria

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de 767.259 ações ordinárias, no valor de R\$1.083, em função do desligamento de executivos que exerceiram suas opções de compra. Estas ações permanecerão em tesouraria e poderão, no futuro, ser entregues a outros beneficiários do plano de opção de ações.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado quando do encerramento de cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída, de acordo com o art. 196 da Lei nº 11.638/07, para atender às necessidades de recursos adicionais para fazer frente ao plano de investimentos proposto, quando do encerramento de cada exercício social.

Em 09 de junho de 2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a destinação do valor de R\$1.500, classificado como Reserva de Lucros, para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, a serem pagos em 03 de julho de 2017.

Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, quando do encerramento de cada exercício social.

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$1.362, estão sujeitos à aprovação na Assembléia Geral Ordinária e, portanto, não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

Ajustes acumulados de conversão

Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, a variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior têm sido reconhecida em ajustes acumulados de conversão.

20. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações

O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No plano, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (*vesting date*) do Plano..

No dia 02 de setembro de 2011 foi registrado em Ata de Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") a deliberação que aprovou o "Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B". Em ata de AGE realizada em 13 de julho de 2012 foi deliberada a aprovação de alteração de quantidade de ações Preferenciais classe B para a execução do plano de opções, que passaram a corresponder a 8% do Capital Social da Companhia. Em 29 de abril de 2015, em função da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, foi deliberado, através de ata de AGE, a alteração do regulamento do plano que passou a figurar como "Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias".

O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Período de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	<u>8.826.514</u>				

20. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações--Continuação

As ações exercidas podem ser vendidas a terceiros se estas passarem a ser negociadas em bolsa. Antes disso, o participante poderá vender suas ações para a Companhia pelo seu valor patrimonial, apurado no último exercício e corrigido pelo IPCA. O participante possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida e tem dever de venda conjunta (*drag along*) neste caso a Companhia pode exigir a venda da posição detida pelo participante.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%

(*) Baseado no cupom de IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve a emissão de 728.129 ações ordinárias, no valor de R\$393.

Os custos de remuneração provenientes do Plano tem como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o exercício de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano a serem reconhecidos pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer), com base nas premissas utilizadas, totalizam aproximadamente R\$15.

21. Receitas líquidas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas e serviços prestados	325.764	369.110	343.321	388.867
Impostos sobre vendas	(34.694)	(38.622)	(34.694)	(38.622)
Receita líquida	291.070	330.488	308.627	350.245

22. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Com pessoal	(225.000)	(257.802)	(232.772)	(265.195)
Com licenças e serviços de suporte técnico	(7.487)	(7.804)	(7.487)	(7.804)
Com terceiros	(2.243)	(3.628)	(7.314)	(10.192)
Com importação	(575)	(940)	(575)	(940)
Depreciação e amortização	(356)	(263)	(356)	(263)
Outros	(701)	(78)	(701)	(78)
	(236.362)	(270.515)	(249.205)	(284.472)

23. Despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Com pessoal	(34.094)	(45.400)	(36.858)	(47.223)
Serviços com terceiros	(5.696)	(5.765)	(6.000)	(5.765)
Alugueis e condomínios	(4.078)	(5.212)	(4.193)	(5.212)
Depreciação e amortização	(4.152)	(5.757)	(4.161)	(5.767)
Comunicações	(1.456)	(1.702)	(1.456)	(1.702)
Energia elétrica	(677)	(1.019)	(677)	(1.019)
Outras despesas administrativas	(1.471)	(897)	(2.238)	(3.530)
Despesas administrativas	(51.624)	(65.752)	(55.583)	(70.218)
Impostos e taxas	(1.489)	(1.565)	(1.680)	(1.949)
Contribuições sindicais/associação classe	(244)	(319)	(244)	(319)
IPTU	(179)	(202)	(179)	(202)
Despesas tributárias	(1.912)	(2.086)	(2.103)	(2.470)
Resultado na venda de imobilizado	(200)	(167)	(200)	(167)
Outras receitas (despesas) operacionais	319	1.082	319	1.082
Outras receitas (despesas) operacionais	119	915	119	915
Total	(53.417)	(66.923)	(57.567)	(71.773)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita sobre aplicações financeiras	1.745	2.095	1.745	2.095
Juros e atualização monetária	1.734	1.481	1.734	1.481
Outras receitas financeiras	89	35	89	35
Receitas financeiras	3.568	3.611	3.568	3.611
Juros	(2.695)	(2.674)	(2.729)	(2.674)
IOF	(163)	(296)	(163)	(296)
Despesas bancárias	(180)	(221)	(194)	(237)
Outras despesas financeiras	(159)	(160)	(159)	(160)
Despesas financeiras	(3.197)	(3.351)	(3.245)	(3.367)
Resultado financeiro	371	260	323	244

25. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

No que tange às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, avaliadas por agências de rating, utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros e fundos de investimento classificados como de baixo risco.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

O Grupo monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos (vide Notas nº 5 e 9) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; afim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio. A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, a fim de apoiar os negócios, e maximizar o valor do acionista. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP, para os empréstimos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos 3 cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos (“DEPEC”) do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI e TJPL para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJPL em cada cenário.

Fator de risco	Valores expostos em 2017	Controladora e Consolidado				
		-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	31.984	1.469	1.763	2.204	2.755
Empréstimos	TJLP	21.037	(954)	(1.144)	(1.431)	(1.788)
Taxas consideradas	CDI		4,59%	5,51%	6,89%	8,61%
Taxas consideradas	TJLP		4,53%	5,44%	6,80%	8,50%
						10,34%
						10,20%

25. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo por nível.

A tabela abaixo apresenta o ativo da Companhia mensurado pelo valor justo:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	31.984	16.019
	31.984	16.019

A Administração avaliou que os depósitos em dinheiro e de curto prazo, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e demais passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

26. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

26. Resultado por ação--Continuação

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do resultado por ação diluído.

	Controladora	
	2017	2016
Básico e diluído		
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da controladora	1.912	(4.514)
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	1.912	(4.514)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	130.725	129.997
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		
Ações ordinárias (R\$)	0,0146	(0,0347)

27. Informação por segmento

Para fins de administração, o Grupo é dividido em unidades de negócio, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações (vide Nota 1):

- Desenvolvimento de aplicações e integrações (representa 89% da receita líquida).
- Outros segmentos.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na margem bruta. As despesas operacionais, o resultado financeiro e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do Grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

27. Informação por segmento--Continuação

Informações geográficas e informações sobre principais clientes

Aproximadamente 94% das vendas foram realizadas no território brasileiro. A Companhia tem grande parte de sua receita proveniente dos setores financeiro e seguradoras que, no Brasil, são relativamente concentrados em um número reduzido de clientes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 70% da receita estão concentradas nestes setores, sendo que os três principais clientes respondem por 40% desta receita.

	Desenvolvimento de Aplicações e Interações		Outros segmentos		Backoffice		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas e serviços prestados	275.205	306.262	33.422	43.983	-	-	308.627	350.245
Custos das vendas e dos serviços prestados	(222.206)	(248.134)	(26.999)	(36.338)	-	-	(249.205)	(284.472)
Lucro bruto	52.999	58.128	6.423	7.645	-	-	59.422	65.773
(Despesas)/receitas operacionais	-	-	-	-	(57.567)	(71.773)	(57.567)	(71.773)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	52.999	58.128	6.423	7.645	(57.567)	(71.773)	1.855	(6.000)
Resultado financeiro	-	-	-	-	323	244	323	244
Resultado antes dos impostos	52.999	58.128	6.423	7.645	(57.244)	(71.529)	2.178	(5.756)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(90)	1.638	(90)	1.638
Lucro líquido/prejuízo do exercício	52.999	58.128	6.423	7.645	(57.334)	(69.891)	2.088	(4.118)

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

- Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$14.500 - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia, bem como seus funcionários, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes dos serviços prestados em locais de terceiros.
- Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$10.000 - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$11.851 - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos e riscos comerciais relativos aos escritórios da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.